

# Sem lei e sem punição, o crime no Brasil está compensando

Alexandre Barros (\*)

A deterioração da ordem pública está atingindo proporções alarmantes no Brasil. A ausência do Estado em fazer cumprir as leis é notável. O que é pior: não há perspectiva de que o processo seja revertido. E mais: a situação tende a agravar-se se nada for feito.



De um bom tempo para cá, o crescimento demográfico e a migração acelerada para as áreas urbanas, acoplados à ineficácia do Estado para fazer cumprir as leis, criaram uma situação de "salve-se quem puder".

Qualquer cidadão, de qualquer classe social, sabe que não pode contar com o Estado para fazer cumprir as leis em seu benefício. Sabe, também, que a expectativa que tem de qualquer punição se violá-las é virtualmente inexistente.

No plano político, setores da elite acham perfeitamente razoável tentar virar a mesa descumprindo o acordo da transição para a democracia.

Na Constituinte, os membros da Assembléia acham que se escreverem uma Constituição ideal no papel ela se fará cumprir por si mesma. A busca é pelas grandes soluções. Esquecem-se de que é do somatório de pequenas políticas públicas sensatas que se chega a uma macropolítica razoável.

Na economia mais compensa o crime do que qualquer outra coisa. A alardeada lei para punir os crimes de colarinho branco não passou de projeto. A moeda perde o valor dia a dia, independentemente do plano cruzado, do plano cruzeta ou do plano cruzado. O governo diz que tem a tabela, mas não tem como cumprir o tabelamento. As evidências de que o tabelamento não funciona são amplas, mas o governo não se importa de ser o pior cego. Prefere fingir que não vê.

A sociedade vê isso tudo acontecer e não acredita que haverá qualquer consequência. A palavra de ordem é "salve-se quem puder". Olhando em volta, vê que a expectativa de punição é mínima. Como ninguém vai ser punido, deixa de existir qualquer razão para cumprir a lei.

Os sinais estão evidentes no dia-a-dia. Isso vai desde as violações simples até as mais sérias.

Os carros param em cima das calçadas e os pedestres que se danem. Em Brasília, cidade na qual um dos bens mais abundantes é espaço público, de janeiro, quando me mudei para cá, até agora a quantidade de automóveis que estaciona em cima da grama, quando existe a dois metros estacionamento disponível em área pavimentada, aumentou assustadoramente.

Quem rouba sabe que não tem perspectiva de ser punido. Quem é roubado dificilmente pode contar com a proteção do Estado através da Polícia. Contrariamente à crença comum, quem mais sofre com isso não é nem a classe alta

nem a classe média. E a classe baixa.

Muitos dos que se queixam à autoridade policial recebem a informação de que a Polícia, como instituição, não pode fazer nada. Como serviço privado, no entanto, policiais se oferecem para, fora do expediente, "apagar" o marginal. Como o Estado perde o controle do que ocorre na sociedade, o que antes era privativo de áreas nas quais o Estado não tinha controle — como o interior ou setores urbanos reconhecidamente marginais — está virando moeda corrente para a sociedade como um todo.

No plano psicológico, dizia-me uma psicanalista carioca outro dia, os adolescentes de classe média estão perdendo completamente a confiança no futuro do Brasil. Isso é novo.

Durante muito tempo o Brasil não conseguia preencher suas cotas de funcionários nas organizações internacionais pela simples razão de que os brasileiros não se interessavam por emigrar. Hoje emigram em números que já são preocupantes. Desde

gente de classe média baixa, fato que deverá motivar, em breve, vários governos a estabelecer exigência de visto para cidadãos brasileiros, até profissionais altamente treinados que reivindicam mais e mais vagas em organizações internacionais e alongam as filas dos que pedem vistos permanentes nos consulados estrangeiros.

Nessa situação, a ausência de normas deixa de ser a exceção e passa a ser a rotina. Vale tudo.

Por que não depredar e queimar ônibus? Afinal, não tem nenhuma consequência. E por que não os trens? Dá na mesma. Daí para impedir a passagem do ônibus do presidente da República, atacá-lo a golpes de enxó, de picareta ou lá o que seja é só mais um passo.

Por que não cortar o mandato do presidente da República? Por que não fechar a Assembléia Nacional Constituinte?

As próximas perguntas são elementares. Por que não fazer uma revolução? Ou por que não dar um golpe de estado?

Uma coisa é certa. Essas

perguntas já estão sendo feitas e há gente pensando seriamente no assunto. Por ora, as duas últimas perguntas ainda não constituem pensamento dominante, mas não falta muito.

A sociedade brasileira precisa resolver, rapidamente, se ela quer que todo mundo fique se fazendo as últimas perguntas ou não. Se não quer, está na hora de tomar providências para que as pessoas deixem de se fazer as perguntas anteriores.

A não ser para quem acredita em fúria divina, sociedades e países não acabam. Entram em crises e saem delas recuperando o equilíbrio. O problema é o custo do retorno ao equilíbrio.

Quando mencionei isso, outro dia, numa palestra para empresários, alguém me chamou a atenção para o fato de que a Alemanha não havia reganhado o equilíbrio depois da queda da República de Weimar. Argumentei que reganhara, só que demorou cerca de quinze anos e precisou passar pelo nazismo e pela Segunda Guerra Mundial. O Irã também está a cami-

nho de reganhar o equilíbrio depois da queda do xá. A custa do que se sabe que acontece lá sob o regime do aiatolá e à custa de sangrenta guerra com o Iraque.

Em suma, o equilíbrio volta, resta saber se preferimos administrar o processo de modo a conseguir a mudança social minimamente ordeira e socialmente justa, ou se achamos mais confortável deixar que o processo corra solto.

Se escolhermos esta última opção, a sociedade entrará numa situação anômica de total ausência de regras para depois enfrentar a ressaca de um período brutal de reimplantação de lei e ordem.

Por enquanto, a sociedade ainda tem escolha. Daqui a algum tempo pode ser que perca o controle da situação. Enquanto isso, uma das poucas certezas que as pessoas têm, e essa crença se torna cada dia mais generalizada, é que o crime está compensando.

(\*) Consultor político de empresas, baseado em Brasília; Ph D em Ciências Políticas pela Universidade de Chicago.